

# **Demonstrações Financeiras**

## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

31 de dezembro de 2016 e 2015  
com Relatório do Auditor Independente

# **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

### Índice

Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....3

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....7

Demonstrações dos resultados.....8

Demonstrações dos resultados abrangentes .....9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....10

Demonstrações dos fluxos de caixa.....11

Notas explicativas às demonstrações financeiras .....12

## **Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e acionistas da  
**Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**  
Niterói - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido a fraudes ou erros, elaboramos e realizamos procedimentos de auditoria como resposta a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e adequada para fornecer uma base para a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação**

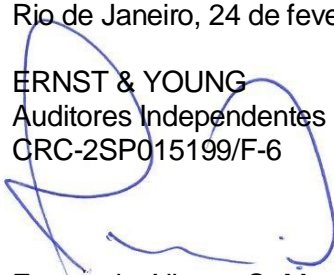
- Obtemos entendimento sobre os controles internos pertinentes à auditoria com o objetivo de elaborar procedimentos de auditoria que sejam adequados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existir incerteza relevante sobre eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6



Fernando Alberto S. Magalhães  
Contador CRC-1SP133169/O-0

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>22.744</b>	27.941	<b>23.039</b>	28.237
Aplicações financeiras vinculadas	4	<b>3.948</b>	3.650	<b>3.948</b>	3.650
Contas a receber de clientes	5	<b>93.863</b>	73.894	<b>93.863</b>	73.894
Estoques	6	<b>40.526</b>	33.717	<b>40.526</b>	33.717
Tributos a recuperar	7	<b>52.988</b>	46.114	<b>52.988</b>	46.114
Adiantamentos a fornecedores		<b>10.710</b>	9.392	<b>10.710</b>	9.392
Outros ativos circulantes		<b>2.281</b>	1.788	<b>2.281</b>	1.788
		<b>227.060</b>	196.496	<b>227.355</b>	196.792
<b>Não circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	24	-	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<b>2.871</b>	-	<b>2.871</b>	-
Tributos a recuperar	7	<b>12.255</b>	-	<b>12.255</b>	-
Outros créditos		<b>1.168</b>	1.883	<b>1.168</b>	1.883
Investimentos	8	<b>7.660</b>	8.018	-	-
Imobilizado	10	<b>403.892</b>	311.814	<b>451.450</b>	360.524
Intangível	10	<b>1.147</b>	786	<b>1.147</b>	785
		<b>428.993</b>	322.525	<b>468.891</b>	363.216
<b>Total do ativo</b>		<b>656.053</b>	519.021	<b>696.246</b>	560.008
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	11	<b>81.339</b>	74.699	<b>81.339</b>	74.699
Empréstimos e financiamentos	12	<b>90.482</b>	60.203	<b>90.482</b>	60.203
Instrumentos financeiros derivativos	9	<b>5.380</b>	-	<b>5.380</b>	-
Impostos, taxas e contribuições	13	<b>6.261</b>	5.431	<b>6.261</b>	5.431
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	<b>10.654</b>	8.956	<b>10.654</b>	8.956
Parcelamento de impostos a recolher	15	<b>1.172</b>	3.536	<b>1.172</b>	3.536
Dividendos a pagar	18	-	2.479	-	2.479
Adiantamentos de clientes		<b>4.839</b>	8.105	<b>4.839</b>	8.105
Incentivos fiscais		<b>438</b>	270	<b>438</b>	270
		<b>200.565</b>	163.679	<b>200.565</b>	163.679
<b>Não circulante</b>					
Contas a pagar		<b>15.357</b>	14.400	<b>15.357</b>	14.400
Empréstimos e financiamentos	12	<b>186.861</b>	153.298	<b>186.861</b>	153.298
Instrumentos financeiros derivativos	9	<b>4.149</b>	-	<b>4.149</b>	-
Subvenção governamental diferida - doação	10	<b>5.984</b>	-	<b>35.984</b>	30.000
Provisão para contingências	16	<b>13.817</b>	17.799	<b>13.817</b>	17.799
Parcelamento de impostos	15	<b>11.329</b>	13.295	<b>11.329</b>	13.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	3.609	<b>3.857</b>	7.963
		<b>237.497</b>	202.401	<b>271.354</b>	236.755
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	18	<b>96.289</b>	96.289	<b>96.289</b>	96.289
Ajustes de avaliação patrimonial		<b>49.112</b>	54.249	<b>49.112</b>	54.249
Reserva legal		<b>5.643</b>	2.403	<b>5.643</b>	2.403
Reserva de subvenções		<b>66.947</b>	-	<b>66.947</b>	-
		<b>217.991</b>	152.941	<b>217.991</b>	152.941
Participação de acionistas não controladores		-	-	<b>6.336</b>	6.633
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>217.991</b>	152.941	<b>224.327</b>	159.574
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>656.053</b>	519.021	<b>696.246</b>	560.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	19	<b>679.062</b>	542.523	<b>679.062</b>	542.523
Custo dos produtos vendidos	20	<b>(396.896)</b>	(326.879)	<b>(396.896)</b>	(326.879)
Lucro bruto		<b>282.166</b>	215.644	<b>282.166</b>	215.644
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas e logística	21	<b>(144.342)</b>	(107.708)	<b>(144.342)</b>	(107.708)
Despesas gerais e administrativas	22	<b>(46.367)</b>	(37.530)	<b>(47.517)</b>	(38.453)
Resultado de equivalência patrimonial	8	<b>(605)</b>	(291)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	23	<b>13.896</b>	24.854	<b>13.896</b>	25.147
		<b>(177.418)</b>	(120.675)	<b>(177.963)</b>	(121.014)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		<b>104.748</b>	94.969	<b>104.203</b>	94.630
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	24	<b>(59.816)</b>	(48.016)	<b>(59.818)</b>	(48.016)
Receitas financeiras	24	<b>13.392</b>	3.173	<b>13.392</b>	3.173
		<b>(46.424)</b>	(44.843)	<b>(46.426)</b>	(44.843)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		<b>58.324</b>	50.126	<b>57.777</b>	49.787
Imposto de renda	17	<b>4.789</b>	(1.514)	<b>4.823</b>	(1.441)
Contribuição social	17	<b>1.690</b>	(547)	<b>1.702</b>	(521)
Lucro líquido do exercício		<b>64.803</b>	48.065	<b>64.302</b>	47.825
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		-	-	<b>64.803</b>	48.065
Não controladores		-	-	<b>(501)</b>	(240)
Quantidade de ações		<b>96.289.235</b>	96.289.235	-	-
Lucro líquido por ações		<b>0,65</b>	0,50	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<b>64.803</b>	48.065	<b>64.302</b>	47.825
Outros resultados abrangentes				
Realização das reservas de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial, líquido de tributos	<b>(5.384)</b>	(2.003)	<b>(5.384)</b>	(2.003)
Total dos resultados abrangentes do exercício	<b>59.419</b>	46.062	<b>58.918</b>	45.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de subvenções	Resultados acumulados	Patrimônio líquido pertencente aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	96.289	56.252	-	37.525	(82.711)	107.355	6.873	114.228
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida de tributos	-	(2.003)	-	-	2.003	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com subvenções de exercícios anteriores	-	-	-	(37.525)	37.525	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.065	48.065	(240)	47.825
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva legal	-	-	2.403	-	(2.403)	-	-	-
Apropriação de reserva de subvenção (Nota 18.b)	-	-	-	39.886	(39.886)	-	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com subvenções do exercício (Nota 18.b)	-	-	-	(39.886)	39.886	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 18.d)	-	-	-	-	(2.479)	(2.479)	-	(2.479)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	96.289	54.249	2.403	-	-	152.941	6.633	159.574
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial, líquida de tributos	-	(5.384)	-	-	5.384	-	-	-
Reserva reflexa Carta Industrial	-	247	-	-	-	247	204	451
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.803	64.803	(501)	64.302
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva legal	-	-	3.240	-	(3.240)	-	-	-
Apropriação de reserva de subvenção (Nota 18.b)	-	-	-	64.343	(64.343)	-	-	-
Reconstituição de reserva de subvenção (Nota 18.b)	-	-	-	2.604	(2.604)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	96.289	49.112	5.643	66.947	-	217.991	6.336	224.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	<b>58.324</b>	50.126	<b>57.777</b>	49.787
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(100)</b>	(754)	<b>(100)</b>	(754)
Provisão para contingências	<b>(3.982)</b>	(12.826)	<b>(3.982)</b>	(12.826)
Depreciação e amortização	<b>20.808</b>	20.108	<b>21.959</b>	21.032
Baixa de imobilizado	<b>120</b>	93	<b>120</b>	93
Juros, comissões e variação cambial não realizadas, sobre empréstimos	<b>28.185</b>	30.887	<b>28.185</b>	30.887
Perdas de operações de derivativos, não realizados	<b>11.128</b>	1.568	<b>11.128</b>	1.568
Resultado de equivalência patrimonial	<b>605</b>	291	<b>-</b>	-
	<b>115.088</b>	89.493	<b>115.087</b>	89.787
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos				
Contas a receber de clientes	<b>(19.869)</b>	(18.153)	<b>(19.869)</b>	(18.153)
Estoques	<b>(6.809)</b>	(4.862)	<b>(6.809)</b>	(4.862)
Adiantamentos concedidos	<b>(1.318)</b>	(5.144)	<b>(1.318)</b>	(5.144)
Tributos a recuperar	<b>(19.129)</b>	(18.100)	<b>(19.129)</b>	(18.100)
Outros ativos circulantes	<b>(494)</b>	257	<b>(494)</b>	257
Depósitos judiciais	<b>715</b>	1.042	<b>715</b>	1.042
Fornecedores	<b>7.597</b>	43.827	<b>7.597</b>	43.827
Impostos e contribuições a recolher	<b>830</b>	(2.903)	<b>830</b>	(2.903)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	<b>1.698</b>	1.265	<b>1.698</b>	1.265
Créditos de clientes	<b>(3.266)</b>	543	<b>(3.266)</b>	543
Parcelamento de impostos	<b>(4.330)</b>	(3.497)	<b>(4.330)</b>	(3.497)
Outros passivos	<b>-</b>	(182)	<b>-</b>	(182)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	<b>70.713</b>	83.586	<b>70.712</b>	83.880
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos				
Crédito investimento/Fomentar - GO	<b>168</b>	(1.033)	<b>168</b>	(1.033)
Aquisições do ativo imobilizado, líquidas	<b>(36.453)</b>	(16.413)	<b>(36.453)</b>	(16.414)
Recebimento de incentivos	<b>5.984</b>	-	<b>5.984</b>	-
Aplicações financeiras	<b>(298)</b>	(3.650)	<b>(298)</b>	(3.650)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimentos	<b>(30.599)</b>	(21.096)	<b>(30.599)</b>	(21.097)
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	<b>62.733</b>	121.366	<b>62.733</b>	121.366
Pagamento de Empréstimos e financiamentos	<b>(68.615)</b>	(126.043)	<b>(68.615)</b>	(126.043)
Liquidação de operações de derivativos	<b>(1.575)</b>	-	<b>(1.575)</b>	-
Pagamento de dividendos	<b>(2.479)</b>	-	<b>(2.479)</b>	-
Juros e var. cambial sobre empréstimos e financiamentos	<b>(35.375)</b>	(33.686)	<b>(35.375)</b>	(33.686)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamentos	<b>(45.311)</b>	(38.363)	<b>(45.311)</b>	(38.363)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>(5.197)</b>	24.127	<b>(5.198)</b>	24.420
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>27.941</b>	3.814	<b>28.237</b>	3.817
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>22.744</b>	27.941	<b>23.039</b>	28.237
Operações que não afetam caixa				
Aquisição de ativo imobilizado por meio de financiamentos	<b>76.914</b>	20.057	<b>76.914</b>	20.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

### a) Operação da Companhia e empresa controlada

A Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A. ("Carta Goiás" ou "Companhia") foi constituída em 3 de março de 2000 e possui como objeto social e principal atividade, a industrialização, comercialização, distribuição e transporte de artefatos de papel, papelão, papel sanitário, guardanapo de papel, papel toalha, lenço de papel, fraldas descartáveis, absorventes femininos e artigos de toucador.

A Carta Goiás possui unidades industriais em Anápolis - GO e São Gonçalo - RJ, além de filiais em Olinda - PE, Salvador - BA e Sumaré - SP. Adicionalmente, na data das demonstrações financeiras, a Companhia havia dado início à construção da sua nova unidade industrial em Piraí - RJ.

Durante o primeiro trimestre de 2016, entraram em operação uma nova linha de conversão de papel e de uma nova e moderna máquina para a fabricação de fraldas.

Durante o ano de 2016, além dos equipamentos referidos, a Carta Goiás desenvolve seu plano de expansão através dos principais projetos: (i) aquisição de uma máquina para fabricação de bobinas de papel no montante de 10 milhões de Euros, líquidos de impostos (MP6), em instalação na unidade industrial de Anápolis-GO, cuja operação comercial está prevista para janeiro de 2018; (ii) aquisição de uma máquina para produção de guardanapos de aproximadamente 3 milhões de dólares dos Estados Unidos, líquidos de impostos, a ser instalada em Anápolis-GO no primeiro semestre de 2017; (iii) aquisição de três máquinas para fabricação de fraldas por aproximadamente R\$42.000, sendo a primeira delas com operação comercial prevista para o primeiro trimestre de 2017; (iv) aquisição de uma linha de conversão de papel folha dupla; e (v) construção de uma unidade industrial na cidade de Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de abrigar, principalmente, a expansão da fabricação de fraldas infantis e geriátricas, lenços umedecidos e de conversão de papel, cujas primeiras máquinas entrarão em operação comercial no segundo semestre de 2017.

O total de adiantamentos a fornecedores para a consecução dos projetos acima referidos e projetos complementares soma em 31 de dezembro de 2016 aproximadamente R\$52.154, incluindo valores desembolsados diretamente por instituições financeiras.

Adicionalmente, a Carta Goiás possui o controle acionário da Carta Industrial Produtos de Higiene e Limpeza S.A. ("Carta Industrial"), mantendo 54,7256% de participação no seu capital social. A Carta Industrial possui sede em Anápolis - GO e filial em Aracruz - ES. Os demais 45,2744% de participação no capital da Carta Industrial são detidos pela Carta Fabril S.A., controladora da Carta Goiás.

# Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional--Continuação

### b) Posição financeira

A Carta Industrial possui equipamentos industriais em Anápolis - GO e um terreno em Aracruz - ES. Tal terreno se destina ao desenvolvimento de projeto de ampliação da capacidade produtiva da Companhia, denominado Projeto Aracruz (Nota Explicativa 10).

Em 31 de dezembro de 2016, a Controladora apresenta capital circulante líquido de R\$26.495 (Consolidado - capital circulante positivo de R\$39.045), sendo a posição verificada em 31 de dezembro de 2015 de R\$26.790 (Consolidado - R\$33.113).

Assim como em 31 de dezembro de 2015, a posição de capital circulante líquida positiva é resultado da melhora contínua da estrutura de capital da Companhia, combinada com medidas de eficiência operacional. A atual situação patrimonial da Companhia lhe proporciona bases sólidas para a consecução do seu planejamento estratégico para os próximos anos, principalmente no diz respeito à execução de novos investimentos produtivos com conseqüente aumento de sua participação no mercado. Como comentado no item "a", anterior está previsto para 2017 o início da fabricação própria de lenços umedecidos hoje produzida por terceiros e revendida pela Companhia.

A Administração segue promovendo diversas ações com o objetivo de melhorar a situação financeira e econômica da Companhia, tais como: (i) contratação de operações de crédito com prazos mais longos e período de carência do principal; (ii) maior eficiência operacional e aumento da produtividade em suas operações e (iii) revisão e diversificação das linhas de produtos. Neste sentido, em março de 2016, o Grupo Carta Fabril iniciou a produção e comercialização das fraldas "Baby Looney Tunes", um produto que amplia a qualidade do portfólio do Grupo Carta Fabril.

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui os recursos necessários para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação**

#### b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) são de responsabilidade da administração e foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), divulgadas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas na (Nota Explicativa 3). Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios aplicados.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi concedida pela Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2017.

#### c) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Carta Goiás e Carta Industrial, as quais possuem os mesmos acionistas controladores.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as sociedades são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O exercício é coincidente entre todas as empresas que compõe as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes.

#### d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações e os saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentados em Reais, principal moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, como variação cambial.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender aos de curto prazo da Companhia. Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente  
--Continuação

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. Os derivativos contratados para cobrir riscos de moeda e taxa de juros (swap) estão registrados a valor justo contra o resultado, de acordo com os critérios descritos na Nota 9.
- ii. Outros passivos financeiros: Correspondem a fornecedores e empréstimos, principalmente. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
- iii. Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são fornecedores e empréstimos e financiamentos.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.



## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### c) Contas a receber de clientes--Continuação

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e é analisada individualmente. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

#### d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método de custo médio.

Os custos históricos são apurados com base no método do custo médio e incluem todas as despesas incorridas para levar os estoques à localização e condição atuais. Estas incluem impostos de importação, fretes e custo de logística, e quaisquer outros custos atribuíveis à aquisição.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As provisões para estoques, quando aplicável, são constituídas com base em estoques de giro baixo e itens obsoletos ou sem expectativa de realização.

#### e) Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, ajustado ao custo atribuído pela adoção inicial do CPC 27 - Ativo Imobilizado deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação, se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear de acordo com as taxas divulgadas abaixo.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### e) Imobilizado--Continuação

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

#### f) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

#### g) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são na prática, reconhecidas ao valor da fatura (valor justo) correspondente.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

#### i) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os empréstimos são classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

#### j) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

#### k) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, previdenciário e tributário) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### k) Provisões--Continuação

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

Outras provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### l) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

As receitas de vendas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, às alíquotas normais e cujos valores são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado do exercício, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### l) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos--Continuação

Os impostos diferidos passivos, referem-se: (i) ao imposto sobre ajuste de avaliação patrimonial de ativos ao custo atribuído (*deemed cost*) efetuado em 2010, o qual é realizado ao resultado proporcionalmente à depreciação do ativo ajustado ao custo atribuído; (ii) diferenças temporárias tributáveis decorrentes principalmente de contabilização de depreciação de ativos calculadas a taxas distintas daquelas estimadas pelas autoridades fiscais, conforme facultado pela legislação tributária vigente.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Dessa forma, a Administração apresentou saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquidos do saldo passivo.

#### m) Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

##### *i. Receita de juros*

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

##### *ii. Receita de venda de produtos e mercadorias*

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos ao comprador; o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita líquida inclui ainda a receita de subvenções de ICMS (Nota Explicativa 18.b).

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), divulgadas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, provisão para perda por risco de créditos, provisão para contingências, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

#### o) Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

##### · *IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)*

Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

##### · *IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (vigência a partir de 01/01/2018)*

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

##### · *IFRS 16 Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)*

A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Normas e interpretações que ainda não estão em vigor--Continuação

- *Alteração IFRS 10 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação*

As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.

- *IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa - Alterações à IAS 7 (vigência a partir de 01/01/2017)*

As alterações exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

- *IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2017)*

As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A Administração está avaliando o impacto total da adoção das normas e interpretações descritas acima.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	7.122	12.822	7.417	13.118
Equivalentes de caixa	15.622	15.119	15.622	15.119
	<b>22.744</b>	<b>27.941</b>	<b>23.039</b>	<b>28.237</b>

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras vinculadas	3.948	3.650	3.948	3.650
	<b>3.948</b>	<b>3.650</b>	<b>3.948</b>	<b>3.650</b>

O saldo de equivalentes de caixa é composto principalmente por aplicações financeiras em bancos de primeira linha com disponibilidade dentro de no máximo 90 dias e estão sujeitas à remuneração equivalentes a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários - CDI.

As aplicações financeiras vinculadas constituem garantia a operações de empréstimos para capital de giro, com remuneração equivalente a 98% da variação do CDI.

### 5. Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
A vencer	88.579	70.925
Vencidos		
De 1 a 30 dias	3.845	1.688
De 31 a 60 dias	602	379
De 61 a 90 dias	271	290
De 91 a 180 dias	566	612
Acima de 180 dias	1.132	1.232
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.132)	(1.232)
Duplicatas a receber	<b>93.863</b>	<b>73.894</b>

Parte das duplicatas a receber foram oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos bancários. O valor total dessas garantias até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$79.199 (R\$62.066 em 31 de dezembro de 2015).

A Administração constitui uma provisão para crédito de liquidação duvidosa com base em uma análise de saldos vencidos, a fim de identificar aqueles cujo recebimento não é provável, sendo constituída provisão para os casos que não há expectativa de realização do crédito.



## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 5. Contas a receber de clientes--Continuação

As movimentações na provisão para perda por risco de crédito dos montantes a receber são apresentadas a seguir:

Movimentação da PCLD	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	(1.232)	(1.986)
Constituição de provisão (Nota 21)	(861)	(815)
Recuperação de títulos	961	1.569
Saldo no final do exercício	(1.132)	(1.232)

### 6. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Produtos acabados	15.214	10.295
Produtos em elaboração	2.582	5.201
Matérias primas	8.312	8.288
Embalagens	4.982	3.402
Material de manutenção e consumo	8.142	6.531
Material em poder de terceiros	1.294	-
	40.526	33.717

### 7. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
IPI (a)	12.492	6.970
PIS (b)	6.988	7.084
COFINS (b)	36.002	24.410
IRPJ e CSLL (c)	4.622	4.622
ICMS Goiás - Inst. Norm. 1208/2015 e 1269/16 (d)	4.077	1.024
Outros	1.062	2.004
	65.243	46.114
Circulante	52.988	46.144
Não circulante	12.255	-

(a) O saldo de IPI refere-se ao crédito do imposto tomado nas operações de compra de matéria prima do exterior. O saldo vem sendo utilizado para compensação com outros tributos federais.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 7. Tributos a recuperar--Continuação

- (b) Os créditos de PIS e COFINS são oriundos da Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013 que reduz a zero as alíquotas incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno que compõem a cesta básica. Atualmente a Companhia vem utilizando os saldos para a compensação de tributos federais e solicitou a restituição dos saldos não compensados. Dos pedidos de restituição solicitados, R\$2.969 foram compensados com parcelamentos em outubro de 2016 e aproximadamente R\$6.616 já foram revisados e deferidos pela Receita Federal, estando em processamento final dentro do referido órgão. Os créditos tributários deverão ser utilizados em parte para quitação antecipada de parcelamentos federais, de acordo com a legislação vigente, e o saldo remanescente será ressarcido à Carta Goiás. A Administração da Companhia espera que os valores cuja restituição foi solicitada há mais de um ano sejam ressarcidos nos próximos meses.
- (c) IRPJ e CSLL referem-se a valores antecipados que serão compensados com tributos a recolher nos próximos exercícios.
- (d) Antecipações realizadas ao Estado de Goiás por força das instruções normativas 1208/2015 (vigente até fevereiro de 2016) e 1269/16 (publicada em 30 de março de 2016) no montante de R\$2.112, que serão compensadas a partir de janeiro de 2017 no valor mensal de R\$88, conforme artigos 5º e 6º da IN 1269/2016, até dezembro de 2018.

### 8. Investimentos

a) Informações relevantes sobre investidas

A participação na Carta Industrial é registrada pelo método de equivalência patrimonial e a composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Participação direta	<b>54,7256%</b>	54,7256%
Patrimônio líquido	<b>13.996</b>	14.651
Prejuízo do exercício	<b>(1.106)</b>	(531)
Total dos ativos	<b><u>47.853</u></b>	<u>49.005</u>

O capital social da Carta Industrial é composto por 12.077.220 ações ordinárias.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 8. Investimentos--Continuação

#### b) Movimentação dos investimentos

	2016	2015
Saldo no início do exercício	8.018	8.309
Resultado de equivalência patrimonial	(605)	(291)
Reserva reflexa - Carta Industrial	247	-
Saldo no final do exercício	<u>7.660</u>	<u>8.018</u>

#### c) Balancos patrimoniais e demonstrações dos resultados resumidos

Os sumários das demonstrações financeiras das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os valores de ajustes no processo de consolidação em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2016				
	Carta Goiás	Carta Industrial	Total	Eliminações	Demonstrações financeiras consolidadas
Balanco patrimonial					
Ativo					
Circulante	239.315	295	239.610	-	239.610
Não circulante					
Outros	4.039	-	4.039	-	4.039
Investimentos	7.660	-	7.660	(7.660)	-
Imobilizado	403.892	47.558	451.450	-	451.450
Intangível	1.147	-	1.147	-	1.147
Total do ativo	<u>656.053</u>	<u>47.853</u>	<u>703.906</u>	<u>(7.660)</u>	<u>696.246</u>
Passivo					
Circulante	200.565	-	200.565	-	200.565
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	186.861	-	186.861	-	186.861
Outros	50.636	33.857	84.493	-	84.493
Patrimônio líquido					
Capital social	96.289	12.077	108.366	(12.077)	96.289
Ajustes de avaliação patrimonial	49.112	7.488	56.600	(7.488)	49.112
Reserva legal	5.643	-	5.643	-	5.643
Reserva de subvenções	66.947	-	66.947	-	66.947
Resultados acumulados	-	(5.569)	(5.569)	5.569	-
Acionistas não controladores	-	-	-	6.336	6.336
Total do patrimônio líquido	<u>217.991</u>	<u>13.996</u>	<u>231.987</u>	<u>(7.660)</u>	<u>224.327</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>656.053</u>	<u>47.853</u>	<u>703.906</u>	<u>(7.660)</u>	<u>696.246</u>
Demonstrações dos resultados					
Receita operacional líquida	679.062	-	679.062	-	679.062
Custo	(396.896)	-	(396.896)	-	(396.896)
Despesas operacionais, líquidas	(177.418)	(1.150)	(178.568)	605	(177.963)
Resultado financeiro	(46.424)	(2)	(46.426)	-	(46.426)
IRPJ e CSL	6.479	46	6.525	-	6.525
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>64.803</u>	<u>(1.106)</u>	<u>63.697</u>	<u>605</u>	<u>64.302</u>
Atribuível aos acionistas:					
Controladores	-	-	-	-	64.803
Não controladores	-	-	-	-	(501)

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 8. Investimentos--Continuação

#### c) Balancos patrimoniais e demonstrações dos resultados resumidos--Continuação

	31 de dezembro de 2015				Demonstrações financeiras consolidadas
	Carta Goiás	Carta Industrial	Total	Eliminações	
Balanco patrimonial					
Ativo					
Circulante	196.496	296	196.792	-	196.792
Não circulante					
Outros	1.907	-	1.907	-	1.907
Investimentos	8.018	-	8.018	(8.018)	-
Imobilizado	311.815	48.709	360.524	-	360.524
Intangível	785	-	785	-	785
Total do ativo	<u>519.021</u>	<u>49.005</u>	<u>568.026</u>	<u>(8.018)</u>	<u>560.008</u>
Passivo					
Circulante	163.679	-	163.679	-	163.679
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	153.298	-	153.298	-	153.298
Outros	49.103	34.354	83.457	-	83.457
Patrimônio líquido					
Capital social	96.289	12.077	108.366	(12.077)	96.289
Ajustes de avaliação patrimonial	54.249	8.453	62.702	(8.453)	54.249
Reserva legal	2.403	-	2.403	-	2.403
Resultados acumulados	-	(5.879)	(5.879)	5.879	-
Acionistas não controladores	-	-	-	6.633	6.633
Total do patrimônio líquido	<u>152.941</u>	<u>14.651</u>	<u>167.592</u>	<u>(8.018)</u>	<u>159.574</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>519.021</u>	<u>49.005</u>	<u>568.026</u>	<u>(8.018)</u>	<u>560.008</u>
Demonstrações dos resultados					
Receita operacional líquida	542.523	-	542.523	-	542.523
Custo	(326.879)	-	(326.879)	-	(326.879)
Despesas operacionais, líquidas	(120.675)	(630)	(121.305)	291	(121.014)
Resultado financeiro	(44.843)	-	(44.843)	-	(44.843)
IRPJ e CSL	(2.061)	99	(1.962)	-	(1.962)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>48.065</u>	<u>(531)</u>	<u>47.534</u>	<u>291</u>	<u>47.825</u>
Atribuível aos acionistas					
Controladores	-	-	-	-	48.065
Não controladores	-	-	-	-	(240)

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9. Instrumentos financeiros derivativos

#### a) Políticas, objetivos e designação de *hedge accounting*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos cuja gestão é efetuada por meio da definição de estratégias e monitoramento dos riscos envolvidos.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio em determinados empréstimos em moeda estrangeira e não são utilizados para fins especulativos.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada exercício.

A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, documentando:

- O relacionamento do *hedge*.
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de *hedge*.
- A identificação do instrumento financeiro.
- O objeto ou transação de cobertura.
- A natureza do risco a ser coberto.
- A descrição da relação de cobertura.
- A demonstração prospectiva da efetividade do *hedge*.

A efetividade esperada é maior do que a definida na norma contábil de *hedge accounting* (80% e 125%), uma vez que os fluxos no momento "zero" estão 100% cobertos por *swap* em valores, vencimentos e prazos totais do objeto de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Marked-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia decidiu realizar um *hedge* de valor justo para o objeto descrito anteriormente para certos contratos de financiamento de longo prazo, com o objetivo de cobrir o risco cambial e trazer à operação para uma denominação em Reais (R\$), a taxas de juros praticadas no mercado interno.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

a) Políticas, objetivos e designação de *hedge accounting*--Continuação

O instrumento de hedge escolhido é uma operação de derivativos, através de *SWAP*'s de troca de moedas e taxa de juros. Os *swaps* foram contratados pelos mesmos valores dos empréstimos objeto de hedge e com vencimentos idênticos aos dos contratos de financiamentos.

b) Portfólio de operações de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos foram contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabelas a seguir:

(i) Contratos objeto de *hedge accounting* - Controladora e Consolidado:

<u>Objeto de proteção</u>	<u>Contraparte do valor principal</u>	<u>Valor referencial</u>
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	16.471
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	3.294
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	6.173
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	20.058
		<u>45.996</u>

As operações de swap acima descritas estão atreladas aos contratos de financiamento objeto de hedge e possuem vencimento final entre agosto e novembro de 2020, com vencimentos trimestrais.

(ii) Contratos de curto prazo (Finimp) não objeto de *hedge accounting* - Controladora e Consolidado:

<u>Objeto de proteção</u>	<u>Contraparte do valor principal</u>	<u>Valor referencial</u>
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	2.106
Taxa de câmbio e troca de indexador	Banco Citibank	1.636
		<u>3.742</u>

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 9. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

c) Composição das operações de derivativos em 31 de dezembro de 2016:

(i) *Contratos objeto de hedge accounting - Controladora e Consolidado:*

	Valor referencial	Valor justo	Curva do instrumento	Ganhos/ (perdas) no resultado
Posição ativa				
Moeda estrangeira	45.996	41.355	40.025	1.330
Posição passiva				
Índice - CDI	(45.996)	(50.884)	(47.151)	(3.733)
Total	-	(9.529)	(7.126)	(2.403)
Financiamentos objeto de <i>hedge accounting</i> , ajustes a valor de mercado	(45.996)	(41.355)	(40.025)	(1.330)
Efeito líquido no resultado				<u>(3.733)</u>

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos e a variação dos valores pela curva.

A provisão para os ganhos e/ou perdas não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no Ativo ou no Passivo, no balanço patrimonial, conforme o caso, tendo como contrapartida o "Resultado financeiro".

A variação do valor justo dos financiamentos é reconhecida na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", tendo como contrapartida o "Resultado financeiro".

(ii) *Contratos de curto prazo, não objeto de "Hedge Accounting" - Finimp - Controladora e Consolidado:*

	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa		
Moeda estrangeira	3.742	3.997
Posição passiva		
Índice - CDI	(3.742)	(3.810)
Total	-	<u>187</u>

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado e intangível

Custo	Controladora				31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	
Máquinas e equipamentos	304.216	1.611	(164)	5.125	310.788
Imobilizado em andamento	10.451	16.401	-	(9.109)	17.743
Edificações	51.174	3.836	-	644	55.654
Veículos	22.119	3.636	-	3.316	29.071
Terrenos	12.326	5.393	-	-	17.719
Instalações prediais	13.838	3.599	-	24	17.461
Obras civis	8.551	906	-	-	9.457
Equipamentos de informática	1.915	173	-	-	2.088
Móveis e utensílios	1.375	208	-	-	1.583
Outros	48	8	-	-	56
<b>Total</b>	<b>426.013</b>	<b>35.771</b>	<b>(164)</b>	<b>-</b>	<b>461.620</b>
Depreciação acumulada	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	(110.862)	(10.879)	71	-	(121.670)
Edificações	(5.388)	(4.001)	-	-	(9.389)
Veículos	(6.551)	(3.001)	-	-	(9.552)
Instalações prediais	(3.520)	(1.701)	-	-	(5.221)
Obras civis	(2.584)	(320)	-	-	(2.904)
Equipamentos de informática	(394)	(22)	-	-	(416)
Móveis e utensílios	(557)	(97)	-	-	(654)
<b>Total</b>	<b>(129.856)</b>	<b>(20.021)</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	<b>(149.806)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>296.157</b>	<b>15.750</b>	<b>(93)</b>	<b>-</b>	<b>311.814</b>
Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Máquinas e equipamentos	310.788	<b>1.747</b>	<b>(565)</b>	<b>22.950</b>	<b>334.920</b>
Imobilizado em andamento	17.743	<b>98.940</b>	-	<b>(26.401)</b>	<b>90.282</b>
Edificações	55.654	-	-	<b>50</b>	<b>55.704</b>
Veículos	29.071	<b>1.454</b>	-	-	<b>30.525</b>
Terrenos	17.719	<b>9.834</b>	-	-	<b>27.553</b>
Instalações prediais	17.461	<b>76</b>	-	<b>1.723</b>	<b>19.260</b>
Obras civis	9.457	<b>69</b>	-	<b>1.652</b>	<b>11.178</b>
Equipamentos de informática	2.088	<b>498</b>	-	<b>10</b>	<b>2.596</b>
Móveis e utensílios	1.583	<b>236</b>	-	<b>16</b>	<b>1.835</b>
Outros	56	<b>3</b>	-	-	<b>59</b>
<b>Total</b>	<b>461.620</b>	<b>112.857</b>	<b>(565)</b>	<b>-</b>	<b>573.912</b>



## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado e intangível--Continuação

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2016</b>
Máquinas e equipamentos	(121.670)	(14.446)	447	-	(135.669)
Edificações	(9.389)	(1.207)	-	-	(10.596)
Veículos	(9.552)	(3.313)	-	-	(12.865)
Instalações prediais	(5.221)	(1.035)	-	-	(6.256)
Obras civis	(2.904)	(383)	-	-	(3.287)
Equipamentos de informática	(416)	(161)	-	-	(577)
Móveis e utensílios	(654)	(114)	-	-	(768)
Outros	-	(2)	-	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(149.806)</b>	<b>(20.661)</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>(170.020)</b>
Imobilizado líquido	311.814	92.196	(118)	-	403.892

<b>Custo</b>	<b>Consolidado</b>				<b>31/12/2015</b>
	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	
Máquinas e equipamentos	323270	1611	(164)	5125	329842
Imobilizado em andamento	10.451	16.401	-	(9.109)	17.743
Edificações	61.766	3.836	-	644	66.246
Veículos	22.119	3.636	-	3.316	29.071
Terrenos	42.326	5.393	-	-	47.719
Instalações prediais	13.838	3.599	-	24	17.461
Obras civis	8.551	906	-	-	9.457
Equipamentos de informática	1.915	173	-	-	2.088
Móveis e utensílios	1.375	208	-	-	1.583
Outros	48	8	-	-	56
<b>Total</b>	<b>485.659</b>	<b>35.771</b>	<b>(164)</b>	<b>-</b>	<b>521.266</b>

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2015</b>
Máquinas e equipamentos	(119.922)	(11.614)	71	-	(131.465)
Edificações	(6.340)	(4.190)	-	-	(10.530)
Veículos	(6.551)	(3.001)	-	-	(9.552)
Instalações prediais	(3.520)	(1.701)	-	-	(5.221)
Obras civis	(2.584)	(320)	-	-	(2.904)
Equipamentos de informática	(394)	(22)	-	-	(416)
Móveis e utensílios	(557)	(97)	-	-	(654)
<b>Total</b>	<b>(139.868)</b>	<b>(20.945)</b>	<b>71</b>	<b>-</b>	<b>(160.742)</b>
Imobilizado líquido	345.791	14.826	(93)	-	360.524

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado e intangível--Continuação

<b>Custo</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2016</b>
Máquinas e equipamentos	329.842	1.747	(565)	22.950	353.971
Imobilizado em andamento	17.743	98.940	-	(26.401)	90.282
Edificações	66.246	-	-	50	66.296
Veículos	29.071	1.454	-	-	30.525
Terrenos	47.719	9.834	-	-	57.553
Instalações prediais	17.461	76	-	1.723	19.260
Obras civis	9.457	69	-	1.652	11.178
Equipamentos de informática	2.088	498	-	10	2.596
Móveis e utensílios	1.583	236	-	16	1.835
Outros	56	3	-	-	59
<b>Total</b>	<b>521.266</b>	<b>112.857</b>	<b>(565)</b>	<b>-</b>	<b>633.555</b>

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2016</b>
Máquinas e equipamentos	(131.465)	(15.390)	447	-	(146.408)
Edificações	(10.530)	(1.412)	-	-	(11.942)
Veículos	(9.552)	(3.313)	-	-	(12.865)
Instalações prediais	(5.221)	(1.035)	-	-	(6.256)
Obras civis	(2.904)	(383)	-	-	(3.287)
Equipamentos de informática	(416)	(161)	-	-	(577)
Móveis e utensílios	(654)	(114)	-	-	(768)
Outros	-	(2)	-	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(160.742)</b>	<b>(21.810)</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>(182.105)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>360.524</b>	<b>91.047</b>	<b>(118)</b>	<b>-</b>	<b>451.450</b>

<b>Custo</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2015</b>
Software	289	704	993
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>704</b>	<b>993</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2015</b>
Software	(120)	(87)	(207)
<b>Total</b>	<b>(120)</b>	<b>(87)</b>	<b>(207)</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>169</b>	<b>617</b>	<b>786</b>

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado e intangível--Continuação

<b>Custo</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2016</b>
Software	993	510	1.503
Total	993	510	1.503
<b>Amortização acumulada</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2016</b>
Software	(207)	(149)	(356)
Total	(207)	(149)	(356)
Total	786	361	1.147

A Carta Industrial em 23 de novembro de 2012, recebeu como subvenção governamental do Município de Aracruz, através de doação, um terreno de 550.000 m<sup>2</sup> onde será construída uma nova fábrica. Em 15 de julho de 2016, a Carta Goiás recebeu como subvenção governamental do município de Piraí, a doação de um terreno de 121.437 m<sup>2</sup> para a construção de uma nova fábrica. Com base em laudos de avaliação contábil preparado por especialistas, foram atribuídos o valor justo desses bens em R\$30.000 para o terreno de Aracruz e R\$5.984 para o terreno de Piraí. Conforme normas contábeis brasileiras - CPC 07 - *Subvenção e Assistência Governamentais* os terrenos foram registrados na rubrica de imobilizado contra uma receita diferida, classificada no passivo não circulante.

Em agosto de 2014, a controlada obteve a Licença Municipal de Instalação e atualmente está em processo de obtenção de licenças adicionais para a preparação da área para desenvolvimento do projeto em Aracruz. Adicionalmente, em outubro de 2014, a Carta Industrial assinou o Termo de Acordo *INVEST-ES 352/2014*, que garante à empresa os incentivos fiscais de ICMS para a implantação e operação do Projeto Aracruz. Em 2015, foram iniciadas as obras de limpeza do terreno, com a remoção da vegetação e preparação da área.

O saldo total de imobilizado em andamento mantido pela Companhia (Controladora e Consolidado) refere-se a:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Máquinas de papel	28.375	-
Máquinas de fralda	25.448	2.726
Plantas Industriais	15.345	3.736
Máquinas de conversão	6.479	9.600
Edificações	6.905	-
Veículos	216	-
Máquinas de lenço umedecido	207	-
Outros ativos	7.307	1.681
Total	90.282	17.743

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado e intangível--Continuação

A depreciação de ativos, exceto terrenos, é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Taxa média de depreciação anual %</u>
Edificações	2
Obras civis	4
Instalações	5
Maquinas e equipamentos	5
Veículos	12
Móveis e utensílios	7
Equipamento de informática	8
Software	15

Parte dos bens do ativo imobilizado foram oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos bancários, conforme descrito na Nota Explicativa 12.

### 11. Fornecedores

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores nacionais	76.654	71.431
Fornecedores no exterior	4.685	3.268
	<u>81.339</u>	<u>74.699</u>

Os saldos em moeda estrangeira são objeto de importação de matéria prima. Em 31 de dezembro de 2016, os saldos com fornecedores no exterior representavam aproximadamente US\$1.438 mil (US\$840 mil em 31 de dezembro de 2015).

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 12. Empréstimos e financiamentos

	2016 Taxa média ponderada de juros	Controladora e Consolidado	
		2016	2015
Empréstimos para capital de giro	CDI + 5,65% a.a.	169.698	148.915
FINAME	6,07% a.a.	98.098	49.500
FINIMP (a)	Var cambial USD + 5,89% a.a.	7.579	17.284
Antecipação a fornecedores (b)	1,69% a.m.	6.505	-
Outros	CDI + 2,30% a.a.	191	717
Custo de captação dos empréstimos		(4.728)	(2.915)
		<b>277.343</b>	<b>213.501</b>
Parcela de curto prazo		90.482	60.203
Parcela de longo prazo		186.861	153.298

(a) Os saldos de empréstimos em moeda estrangeira estão assim compostos em 31 de dezembro de 2016:

	US\$ mil
Capital de giro (Nota 9 c i)	14.113
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	2.325
	<b>16.438</b>

(b) Refere-se a antecipação a fornecedores de matéria prima realizada com o intermédio de instituição financeira nacional e anuência do fornecedor.

Movimentação dos empréstimos	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	213.501	199.237
Captações	139.647	141.515
Juros e variação cambial	28.185	32.478
Amortizações - principal	(68.615)	(126.043)
Amortizações - juros e variação cambial	(33.562)	(33.551)
Custo de captação	(1.813)	(135)
Saldo no final do exercício	<b>277.343</b>	<b>213.501</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	2016	2015
2017	-	50.908
2018	68.368	45.313
2019	60.183	32.575
2020	37.642	22.067
2021	10.732	1.453
2022 em diante	9.936	982
	<b>186.861</b>	<b>153.298</b>

## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **12. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

#### **Garantias**

As principais garantias concedidas pela Companhia são relativas a hipoteca de 1º grau de certos ativos das fábricas do RJ e GO, pelo valor total de R\$115.680; máquinas e equipamentos localizados nas respectivas fábricas, pelo valor de R\$141.384; aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$3.948 (Nota Explicativa 4); além de duplicatas a receber de clientes no montante de R\$79.199 (Nota Explicativa 5).

#### **Covenants financeiros**

Algumas das operações de capital de giro estão sujeitas a certas condições restritivas, tais como a imposição de limites a novos endividamentos, pagamentos a acionistas e apresentações de demonstrações financeiras auditadas dentro de prazos previamente estabelecidos.

O não cumprimento dessas condições restritivas poderá acarretar a antecipação de vencimento das operações relativas às operações de capital de giro.

A Administração monitora o cumprimento de tais condições restritivas, bem como as demais obrigações assumidas em relação às operações de capital de giro e entende que as mesmas estão plenamente atendidas.

A Companhia deverá manter, durante a vigência dos referidos instrumentos, os seguintes índices financeiros:

- a) Índice de dívida líquida em relação ao EBTIDA igual ou inferior a 3,0 para o empréstimo com o Citibank e 2,5 para os empréstimos com o Bradesco e Itaú.
- b) Índice de dívida líquida em relação ao patrimônio líquido igual ou inferior a 2,0 para os empréstimos com o Bradesco e Itaú.

Em 31 de dezembro de 2016 todas as restrições foram cumpridas.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 13. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
ICMS normal e Substituição tributária	4.771	2.600
IRRF sobre salários, pró-labore e de terceiros	725	814
ISS s/retenção	527	366
INSS de terceiros	136	859
PIS, COFINS e CSLL de terceiros	99	761
Outros	3	31
	<b>6.261</b>	<b>5.431</b>

### 14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
INSS a recolher	1.854	2.215
FGTS a recolher	633	466
Provisão para férias e encargos sociais	7.942	5.691
Outros	225	584
	<b>10.654</b>	<b>8.956</b>

### 15. Parcelamento de impostos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
PIS/COFINS	12.118	13.205
INSS	-	3.436
ICMS	341	112
Outros	42	78
	<b>12.501</b>	<b>16.831</b>
Circulante	1.172	3.536
Não circulante	11.329	13.295

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 15. Parcelamento de impostos a recolher--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado
2018	1.230
2019	1.071
2020	1.071
2021	1.048
2022 em diante	6.909
	<u>11.329</u>

### 16. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Trabalhistas e previdenciárias	13.817	11.557
Tributárias	-	6.242
	<u>13.817</u>	<u>17.799</u>



## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 16. Contingências--Continuação

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.222	18.585	30.807
Adições e atualização	2.400	653	3.053
Reversões	(2.883)	(12.996)	(15.879)
Pagamentos	(182)	-	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.557	6.242	17.799
Adições e atualização	<b>6.175</b>	-	<b>6.175</b>
Reversões (Nota 23)	<b>(3.915)</b>	<b>(6.242)</b>	<b>(10.157)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>13.817</b>	-	<b>13.817</b>

As reversões de contingências tributárias, referentes a créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$6.242, e contingências trabalhistas no montante de R\$3.915, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro 2016, referem-se a parcelas de contingências prescritas no respectivo exercício.

A Administração acredita que as provisões constituídas são suficientes para fazer frente às perdas consideradas prováveis.

Não obstante, a Companhia continua sujeita a reclamações trabalhistas e suas operações ao exame pelas autoridades (trabalhista, previdenciária ou fiscal), os quais podem resultar em eventuais autuações com penalidade de multa e necessidade de recolhimento adicional à previdência ou de tributos, durante os prazos prescricionais, consoante com a legislação específica aplicável. A Administração, entretanto, não espera perdas em decorrência de eventuais futuras reclamações trabalhistas ou revisões pelas mencionadas autoridades além daquelas já provisionadas.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 16. Contingências--Continuação

Adicionalmente, a Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos possíveis de perda, para as quais não há provisão para contingências constituída. As contingências estão compostas da seguinte forma:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Contingências tributárias	14.053	7.949
Contingências cíveis	-	1.276
Contingências trabalhistas	1.173	1.463
	<b>15.226</b>	<b>10.688</b>

As contingências tributárias classificadas como possíveis referem-se substancialmente a autos de infração de ICMS, atualmente em discussão em esfera administrativa. Os valores divulgados incluem multas, juros e atualização monetária.

### 17. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor contábil do ativo e passivo fiscais diferidos são revisados anualmente pela Companhia com a finalidade de manter tais ativos e passivos pelos valores de realização estimada.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributos diferidos ativos, sobre:				
Prejuízos fiscais e base negativa	27.528	21.971	27.528	21.971
Contingências	3.578	4.725	3.578	4.725
Variação cambial e hedge	5.625	1.274	5.625	1.274
Provisões	1.090	533	1.090	533
Outras adições	3.374	1.552	3.374	1.552
Subtotal	<b>41.195</b>	<b>30.055</b>	<b>41.195</b>	<b>30.055</b>
Tributos diferidos passivos, sobre:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(23.189)	(27.806)	(27.047)	(32.160)
Juros capitalizados	(2.057)	(1.153)	(2.057)	(1.153)
Variação cambial e hedge	(3.629)	(513)	(3.629)	(513)
Depreciação	(9.450)	(4.192)	(9.450)	(4.192)
Subtotal	<b>(38.324)</b>	<b>(33.664)</b>	<b>(42.181)</b>	<b>(38.018)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos), líquidos (Nota 17.b)	<b>2.871</b>	<b>(3.609)</b>	<b>(986)</b>	<b>(7.963)</b>

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Movimentação de tributos diferidos

As movimentações dos tributos diferidos são apresentadas a seguir, de maneira líquida:

	Controladora			Total
	Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	Diferenças temporárias	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.972	2.225	(27.806)	(3.609)
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	5.556	-	-	5.556
Outras adições e exclusões, líquidas	-	(3.693)	-	(3.693)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	4.617	4.617
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.528	(1.468)	(23.189)	2.871

	Consolidado			Total
	Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	Diferenças temporárias	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.972	2.225	(32.160)	(7.963)
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício	5.556	-	-	5.556
Outras adições e exclusões, líquidas	-	(3.693)	-	(3.693)
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	5.113	5.113
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.528	(1.468)	(27.047)	(987)

#### c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	58.324	50.126	57.777	49.787
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(19.830)	(17.043)	(19.644)	(16.928)
Resultado de equivalência patrimonial	(206)	(99)	-	-
Benefícios fiscais e subvenções	21.876	13.561	21.876	13.561
Outros ajustes tributários	4.639	1.520	4.293	1.405
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	6.479	(2.061)	6.525	(1.962)

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social--Continuação

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2017	2.185
2018	6.257
2019	28.798
2020	3.955
	<u>41.195</u>

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do período em que houver a compensação.

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia apresenta a seguinte composição:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Carta Fabril S.A.	96.289.235	96.289	100

#### b) Reserva de subvenções

- i) O Estado de Goiás, através de sua Secretaria da Fazenda celebrou com a Carta Goiás, em 07 de novembro de 2000, um termo de acordo de regime especial para fruição dos benefícios do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, sendo o ICMS recolhido na base de 30% do valor devido. Do saldo remanescente de 70%, parte é reconhecido como Receita de subvenções no mês da apuração do imposto e parte é reconhecido no Passivo circulante, rubrica Incentivos fiscais, para posterior liquidação através de leilões de saldos do Fomentar promovidos pelo Governo do Estado de Goiás. O saldo a utilizar do benefício, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$48.029 e poderá ser usufruído até 2040 (31 de dezembro de 2015 - R\$55.734).

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 18. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reserva de subvenções--Continuação

- ii) Através do Decreto nº 39.853, de 05 de setembro de 2006, o Estado do Rio de Janeiro aprovou o enquadramento da Carta Goiás no Programa de Incentivos para as Indústrias do Setor de Reciclagem, instituído pela Lei nº 4.178/2003 ("Reciclario"). O benefício tem duração de 10 anos e atualmente a Companhia está em processo de renovação do junto aos órgãos competentes do Estado do Rio de Janeiro.
- iii) O Estado de Pernambuco, através do Decreto nº 39.519, de 17 de junho de 2013 e posterior resolução nº 086/2016 do CONDIC, concedeu à Carta Goiás o incentivo de que tratam os artigos 5º, 6º e 24 do Decreto 21.959 de 27 de dezembro de 1999 (PRODEPE). Os empreendimentos enquadrados no grupamento industrial prioritário (absorvente higiênico e fralda descartável) estão sujeitos a redução de 85% do saldo devedor do ICMS normal e aqueles empreendimentos enquadrados como atividade industrial relevante (papel higiênico, papel toalha e guardanapo) possuem redução de 75% do saldo devedor do referido tributo. O benefício tem duração de 12 anos, podendo ser renovado por igual período.
- iv) Os incentivos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$64.343 (R\$20.300 do FOMENTAR, R\$43.968 do RECICLARIO e R\$75 do PRODEPE), foram registrados no resultado como receita e ao final do exercício transferidos da conta Resultados acumulados para a Reserva de lucros de subvenções na Carta Goiás. Os saldos das reservas existentes em 31 de dezembro de 2016 foram parcialmente utilizados para absorver prejuízos acumulados, conforme facultado pelos artigos 189 e 195-A da Lei 6404/76, "ad referendum" da AGO a qual será submetida à aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia.

#### c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º de janeiro de 2010, em razão da adoção inicial do novo conjunto de normas contábeis no Brasil, notadamente a Interpretação Técnica 10 ("ICPC 10"), a Companhia optou por remensurar certos bens do ativo imobilizado pelo seu valor atribuído na data de transição, cuja contrapartida foi lançada à rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 18. Patrimônio líquido--Continuação

#### d) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no final do ano. Em 31 de dezembro de 2016, não foram calculados dividendos, pois parte do lucro é representado pelas Reservas de Subvenções.

### 19. Receita operacional líquida

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita operacional bruta		
Venda de produtos e de mercadorias	<b>770.489</b>	615.026
Deduções da receita bruta:		
Impostos incidentes sobre as vendas	<b>(137.865)</b>	(99.790)
Devoluções e abatimentos	<b>(17.905)</b>	(12.599)
Receita de subvenções (Nota 18.b)	<b>64.343</b>	39.886
	<b>679.062</b>	542.523

### 20. Custo dos produtos vendidos

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Matéria prima	<b>(202.496)</b>	(170.654)
Pessoal e encargos	<b>(56.731)</b>	(39.096)
Material de embalagem	<b>(42.211)</b>	(34.409)
Outros custos	<b>(31.240)</b>	(25.906)
Energia elétrica	<b>(23.937)</b>	(22.604)
Gás	<b>(18.437)</b>	(15.415)
Depreciação	<b>(16.595)</b>	(16.764)
Custo de revenda	<b>(5.249)</b>	(2.031)
	<b>(396.896)</b>	(326.879)

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 21. Despesas com vendas e logística

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Verbas e bonificações	<b>(39.005)</b>	(32.553)
Pessoal e encargos	<b>(30.372)</b>	(22.380)
Frete	<b>(20.223)</b>	(17.272)
Comissão de representantes	<b>(17.120)</b>	(11.988)
Marketing e promotores de vendas	<b>(12.620)</b>	(9.583)
Manutenção, pedágio, combustível e seguro	<b>(9.431)</b>	(5.844)
Serviços de terceiros	<b>(3.755)</b>	(3.333)
Outros gastos com viagens	<b>(3.249)</b>	(2.359)
Royalties	<b>(2.379)</b>	(782)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(861)</b>	(815)
Outras	<b>(5.327)</b>	(799)
	<b>(144.342)</b>	(107.708)

### 22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal e encargos	<b>(28.701)</b>	(22.903)	<b>(28.701)</b>	(22.903)
Contingências	<b>(6.175)</b>	(3.053)	<b>(6.175)</b>	(3.053)
Serviços profissionais	<b>(5.152)</b>	(3.382)	<b>(5.152)</b>	(3.382)
Ocupação	<b>(1.218)</b>	(1.258)	<b>(1.218)</b>	(1.258)
Depreciações e amortização	<b>(4.213)</b>	(3.344)	<b>(5.364)</b>	(4.268)
Outras	<b>(908)</b>	(3.590)	<b>(907)</b>	(3.589)
	<b>(46.367)</b>	(37.530)	<b>(47.517)</b>	(38.453)

### 23. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Reversão de provisão para contingências	<b>10.157</b>	15.879	<b>10.157</b>	15.879
Recuperação de despesas	<b>2.713</b>	8.076	<b>2.713</b>	8.076
Outras receitas	<b>1.026</b>	899	<b>1.028</b>	1.192
	<b>13.896</b>	24.854	<b>13.898</b>	25.147

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Encargos financeiros sobre empréstimos	<b>(31.881)</b>	(23.682)	<b>(31.881)</b>	(23.682)
Juros e encargos	<b>(6.546)</b>	(7.258)	<b>(6.546)</b>	(7.258)
Tarifas bancárias	<b>(4.303)</b>	(2.787)	<b>(4.303)</b>	(2.787)
Resultado com operações de Hedge (Nota 9)	<b>(8.701)</b>	(1.568)	<b>(8.701)</b>	(1.568)
Variação cambial	<b>(2.095)</b>	(6.225)	<b>(2.095)</b>	(6.225)
Perda de ajuste a valor justo - Empréstimos e hedge (Nota 9)	<b>(3.733)</b>	-	<b>(3.733)</b>	-
Juros e multas sobre parcelamento	<b>(776)</b>	(1.585)	<b>(776)</b>	(1.585)
Impostos sobre operações financeiras	<b>(718)</b>	(807)	<b>(718)</b>	(807)
Descontos concedidos	<b>(225)</b>	(249)	<b>(225)</b>	(249)
Outras	<b>(838)</b>	(3.855)	<b>(840)</b>	(3.855)
Total despesa financeira	<b>(59.816)</b>	(48.016)	<b>(59.818)</b>	(48.016)
Variação cambial	<b>10.674</b>	376	<b>10.674</b>	376
Rendimento sobre aplicação financeira	<b>1.427</b>	537	<b>1.427</b>	537
Descontos	<b>562</b>	173	<b>562</b>	173
Juros obtidos	<b>490</b>	575	<b>490</b>	575
Ganho de ajuste a valor justo - Empréstimos e hedge (Nota 9)	-	1.510	-	1.510
Outras	<b>239</b>	2	<b>239</b>	2
Total receita financeira	<b>13.392</b>	3.173	<b>13.392</b>	3.173
Resultado financeiro, líquido	<b>(46.424)</b>	(44.843)	<b>(46.426)</b>	(44.843)

### 25. Partes relacionadas

#### a) Remuneração do pessoal-chave

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração o diretor presidente estatutário, a diretora vice-presidente estatutária, e os vice-presidentes. O montante registrado no resultado do exercício, referente à remuneração total do pessoal-chave, incluindo bônus, foi de R\$15.428.



## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **26. Gestão de risco**

A Companhia possui gerenciamento de riscos que consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado e expectativas futuras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

#### **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos principais de risco no caso da Companhia: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **26. Gestão de risco--Continuação**

#### **Risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta ao risco de descolamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida, atualmente lastreada em CDI e Libor. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros acompanhando os movimentos de mercado. Considerando a manutenção da posição de equivalentes de caixa indexados ao CDI, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento dessas operações e indexadas pelas mesmas taxas, a Administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

#### **Risco de taxa de câmbio**

O risco da taxa de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia (insumos adquiridos com valores atrelados ou denominadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional), bem como empréstimos e financiamentos.

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Para proteger-se dos riscos de câmbio de empréstimos e financiamentos a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

#### **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de depósitos em bancos e instituições financeiras.

#### Contas a receber

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão do caixa.

## **Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### **26. Gestão de risco--Continuação**

#### **Risco de crédito--Continuação**

##### Contas a receber--Continuação

Para mitigar os riscos, a administração adota como prática análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, além da diversificação de sua carteira de recebíveis, da seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de crédito. Tais procedimentos, são adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa que contempla 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias (Nota Explicativa 4).

##### Depósitos em bancos e instituições financeiras

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. Além disso, todas as operações da Companhia estão diluídas em diversas instituições financeiras, o que minimiza seus riscos.

#### **Risco de liquidez**

A Administração monitora diariamente seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica na capacidade da Companhia em manter o nível adequado de caixa suficientes para capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo.

A Administração vem realizando a reestruturação da dívida atualmente apresentada nas demonstrações financeiras, bem como buscando recursos financeiros adicionais para a expansão dos negócios. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia já havia obtido recursos e acesso a linhas de crédito com instituições financeiras de primeira linha que permitiu o alongamento do perfil de sua dívida e melhoria no fluxo de caixa operacional. A Administração continua a tomar as ações planejadas para obter os recursos necessários para a continuidade e expansão dos negócios da Companhia.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 27. Instrumentos financeiros

A classificação dos principais ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2016			2015		
	Ativos a valor justo por meio do resultado (a)	Recebíveis	Total	Ativos a valor justo por meio do resultado (a)	Recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	23.039	-	23.039	28.237	-	28.237
Aplicações financeiras vinculadas	3.948	-	3.948	3.650	-	3.650
Contas a receber de terceiros	-	93.863	93.863	-	73.894	73.894
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	24	24
	<b>26.987</b>	<b>93.863</b>	<b>120.850</b>	<b>31.887</b>	<b>73.918</b>	<b>105.805</b>

(a) Controladora e consolidado, exceto para o saldo de caixa e equivalentes de caixa em que a controladora apresentava os saldos de R\$22.744 e R\$27.941 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado.

A Companhia operou com derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme divulgado na nota explicativa 9.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados e mensurados pelo custo amortizado como segue:

Passivos financeiros	2016	2015
Fornecedores	81.339	74.699
Empréstimos e financiamentos	277.343	213.501
Instrumentos financeiros derivativos	9.529	-
	<b>368.211</b>	<b>288.200</b>

### 28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016 para as plantas industriais cobrem a importância global de R\$256.000.

## Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

### 28. Cobertura de seguros--Continuação

A cobertura dos valores segurados (limites máximos de garantia) em 31 de dezembro de 2016 pode ser assim demonstrada:

	<u>2016</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>Natureza</u>
Básica - incêndio, raio, explosão	<b>210.000</b>	BB Mapfre	nov/2016 a nov/2017	Riscos Nomeados e Operacionais
Vendaval até fumaça	<b>5.000</b>	BB Mapfre	nov/2016 a nov/2017	Riscos Nomeados e Operacionais
Mercadorias, matéria prima	<b>28.000</b>	BB Mapfre	nov/2016 a nov/2017	Riscos Nomeados e Operacionais
Quebra de máquinas	<b>10.000</b>	BB Mapfre	nov/2016 a nov/2017	Riscos Nomeados e Operacionais
Danos elétricos	<b>2.000</b>	BB Mapfre	nov/2016 a nov/2017	Riscos Nomeados e Operacionais
Vazamento de tanques e tubulações	<b>1.000</b>	BB Mapfre	nov/2016 a nov/2017	Riscos Nomeados e Operacionais
	<b><u>256.000</u></b>			

A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores revisar e concluir sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada e avaliada quanto à sua adequação pela Administração da Companhia.